

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 4769/2008

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, por meu despacho de 21/12/2007 e no uso de competência delegada, foi exonerado a seu pedido Jorge Manuel Duarte Gil Pereira, guarda, da carreira de pessoal do corpo da guarda prisional, de nomeação definitiva, com efeitos a 31/12/2007.

9 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4770/2008

Nos termos do artigo 82º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, por despacho de 02/10/2007 do Director-Geral, foi autorizado o regresso da licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 02/01/2008, a Jorge Trindade da Silva, guarda, da carreira de pessoal do corpo da guarda prisional, de nomeação definitiva.

14 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4771/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 78º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho de 16 de Agosto de 2007 do Subdirector-Geral dos Serviços Prisionais, em substituição do Director-Geral, foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com início a 10 de Setembro de 2007, a António Oscar da Conceição Gouveia, guarda da carreira de pessoal do corpo da guarda prisional, de nomeação definitiva.

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Rectificação n.º 363/2008

Por ter havido inexactidão no Despacho (extracto) n.º 20 589/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173 de 7 de Setembro de 2007, a página 26 103, onde se lê “Cândida Maria Santos Sá Camarão”, deve ler-se “Cândida Maria Santos Sá Lamarão”.

14 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 4772/2008

Por despacho de 31 de Janeiro de 2008, do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Lic. Maria da Conceição Bruno Mota, António Manuel Duarte Carvalho, Lic. José Afonso Paulo dos Reis, Lic. Manuela Maria Almeida Simões Marta, Lic. Gil Alberto Ribeiro Rodrigues de Carvalho, Lic. José Carlos Sá Teixeira, Lic. Carlos Pereira Dias, Luís Manuel Neves Batista, Júlio Fernando de Mesquita Leite Santos, Armando Cosme Martinho, Lic. Vítor Manuel Robalo Paiva, Lic. José João Seixas Carvalhinho Lopes, Lic. Eduardo António Cardoso Nunes, inspectores-chefes, e Lic. João Manuel Alves de Oliveira, inspector, nomeados definitivamente coordenadores de investigação criminal, de Escalão 1, do quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 01.02.2008.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

6 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação

Louvor n.º 123/2008

A senhora D. Luísa Maria Pires Anselmo é colaboradora deste Gabinete, prestando apoio na área administrativa e de secretariado. Ao longo do ano de 2007, desempenhou funções maioritariamente no âmbito da preparação e exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia na área da Justiça, sem prejuízo de outras tarefas que lhe foram atribuídas.

O exercício das suas funções foi sempre pautado pela maior dedicação, extrema responsabilidade e elevada competência, qualidades apreciáveis de qualquer bom profissional. Tal merece ser conhecido e apreciado,

mas corresponde apenas ao cumprimento qualificado das suas tarefas, na sua integralidade.

No entanto, a senhora D. Luísa Maria Pires Anselmo revelou um sentido excepcional de dedicação ao serviço da República. Pela qualidade do seu trabalho e pelas inúmeras qualidades humanas que revela, mantendo em todas as circunstâncias a cortesia, a sensibilidade e o sentido de dever, foi um elemento fundamental para os trabalhos desempenhados e uma profissional com a qual é sempre um privilégio e um prazer trabalhar. Atendendo ao seu desempenho, devo afiançar que a senhora D. Luísa Maria Pires Anselmo é inquestionavelmente um exemplo.

Como prova disso, e como atestado público do mesmo, tenho assim a honra de lhe atribuir este louvor. A bem do S. R.

18 de Dezembro de 2007. — O Director, *Miguel Romão*.

Louvor n.º 124/2008

O senhor Diogo Afonso Peres Mosca é colaborador deste Gabinete, exercendo funções de motorista.

O exercício das suas funções foi sempre pautado por extrema responsabilidade e elevada dedicação.

Ao longo do ano de 2007 o seu trabalho foi manifestamente aumentado e dificultado, nomeadamente em virtude da preparação e exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. No entanto, ao longo de todo o ano, mesmo nas circunstâncias mais adversas e face ao cansaço muito apreciável de longos dias e muitas vezes noites de serviço, foi o senhor Diogo Afonso Peres Mosca sempre uma presença de sobriedade, cortesia e dedicação, acima do que lhe poderia ter sido exigido. As suas qualidades profissionais e pessoais evidenciaram-se assim de modo notório e foi sempre patente o seu sentido de dever e o orgulho em ser funcionário deste Ministério, em particular num tempo de exigência adicional como o da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Como prova disso, e como atestado público do mesmo, tenho assim a honra de lhe atribuir este louvor. A bem do S. R.

18 de Dezembro de 2007. — O Director, *Miguel Romão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 4773/2008

Considerando que o despacho n.º 26314/2007, datado de 29 de Outubro de 2007, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, com um determinado objecto e conteúdo, o qual por lapso foi novamente publicado, por via do despacho n.º 28459/2007, datado de 29 de Outubro de 2007, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 18 de Dezembro de 2007.

Considerando, afinal, a existência de dois despachos sobre o mesmo objecto e com o mesmo conteúdo.

Declaro a nulidade do meu despacho n.º 28459/2007, datado de 29 de Outubro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 18 de Dezembro de 2007.

1 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 4774/2008

Pretende a “AENOR — Auto Estradas do Norte, S. A.”, construir a Variante à EN 207: Nó do IP9 (Longra), no concelho de Felgueiras, utilizando para o efeito 51.274m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Felgueiras, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/96, de 15 de Maio, rectificada pela declaração n.º 11-L/96, de 29 de Junho. Considerando que a construção em causa se destina a permitir a ligação entre o IP9 (Nó de Longra) e Felgueiras (incluindo a ligação da pretendida Variante à EN101, já construída, na Zona de Maceira/São Jorge — Várzea), integrada na Rede Rodoviária Nacional. Considerando que este lançamento da Variante à EN207 estabelece a ligação de Felgueiras à A11/IP9, integrada na Rede Nacional Fundamental, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto). Considerando